

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE PREGÃO

Pregão Eletrônico nº 46-2021
Procedimento Administrativo Eletrônico nº: 3601-2021

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

1. Trata-se do julgamento da peça impugnatória interposta pela empresa **3T TECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 30.277.342/0001-14**, contra o Edital do aludido Pregão Eletrônico, que objetiva a aquisição de equipamentos de informática, mediante sistema de registro de preços.
2. Admissível a impugnação posto que atendido o subitem 11.1 do edital. Eis que agendada a abertura das propostas para o dia 12/08/2021 e a impugnação fora recebida por e-mail dia 02/08/2021.
3. A impugnante alega em essência que a especificação do item (da licitação) LEITOR BIOMÉTRICO, constante no Termo de Referência é a mesma adotada pela empresa FINGERTECH, sobretudo no que tange ao leitor de impressão digital, o HAMSTER DX – INTERFACE USB, conforme análise no seguinte link: <http://www.fingertech.com.br/pt-br/fingkey-hamster-dx/p>.
4. Cita também que “(...) não há no referido instrumento convocatório qualquer esclarecimento que justifique a necessidade deste Órgão para exigir determinada marca, o que é imprescindível para conhecimento dos licitantes, merecendo, portanto, retificação do mencionado ato convocatório”.
5. Invoca os arts. 7º, §5º, 15, §7º, I, e Art. 3º §1º da Lei 8.666/1993 para fundamentar sua impugnação.
6. Ao final a empresa impugnante requer que:

a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pelo Senhor Pregoeiro;

b) Requer, ainda, que os itens do edital supracitados nesta impugnação passem por alterações no tocante as especificações do produto, deixando de direcionar o edital e, portanto, de dar exclusividade à empresa FINGERTECH e seu produto, sendo necessário, para tanto, a publicação de nova data para a realização

do Pregão, ampliando a participação de equipamentos de modelos similares de outros fabricantes.

7. Tendo em conta que a impugnação questiona a especificação do LEITOR BIOMÉTRICO, foi solicitada informação da SEÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, unidade administrativa que elaborou as descrições do equipamento juntamente com a SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS do TRE-RN.

8. Na ocasião, foi respondido que:

“A justificativa pela compra deste modelo está inclusa no edital (...) no item **2.7.3.4 [do Termo de referência]** (...).

Reforçamos que, conforme itens **2.7.3.4.5, 2.7.3.4.6, 2.7.3.4.7 e 2.7.3.4.8**, são necessárias **várias adaptações nos sistemas já desenvolvidos pela SDS** e que utilizem o leitor biométrico solicitado.

Esta demanda por refatoração de sistemas **não está prevista no plano de ação da STIE**, até final de 2022.

Portanto, **torna-se inviável adquirir modelo distinto** do que já funciona com os sistemas desenvolvidos.”

9. O art. 7º, § 5º da Lei 8.666/1993, estabelece:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

10. Sobre essa disposição legal, Marçal Justem filho [Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993. 17ª edição, Revista dos Tribunais, pág. 259] ensina que:

“A vedação do § 5º conjuga-se com o art. 25, inciso I, a cujo conteúdo se remete. É possível a contratação de fornecedores exclusivos ou a preferência por certas marcas, desde que essa seja a solução mais adequada para atender as necessidades coletivas. Não se admite a opção arbitrária, destinada a beneficiar determinado fornecedor ou fabricante. (...)”

11. No mesmo sentido tem o entendimento do TCU, na decisão 664/2001-Plenário:

“Nos processos licitatórios, é vedado adotar preferência de marca, a menos que seja demonstrado, tecnicamente e de forma circunstanciada, que somente uma atende às necessidades específicas da Administração”.

12. Assim, em vista dessas considerações, colhe-se que a vedação à indicação de marca em licitação não é absoluta. Cabível no caso em que seja tecnicamente justificável.
13. Desta forma, o Termo de Referência estabeleceu:

“2.7.3.4 A solução de Ponto Eletrônico do TRE-RN é uma solução proprietária desenvolvida pela Seção de Desenvolvimento de Sistemas e que permite a integração direta com o SGRH.

2.7.3.4.1 Esta solução já é operacional para uso com o leitor específico Hamster DX Nitgen (modelos HFDU04 ou HFDU06).

2.7.3.4.2 A solução depende da integração com as *DLLs* específicas deste modelo do leitor.

2.7.3.4.3 As digitais cadastradas no banco de dados estão em formato proprietário da *Nitgen* que pode ser específico desse modelo de dispositivo, gerando a necessidade de recadastramento das digitais de todos os usuários do TRE/RN, bem como alteração dos sistemas existentes, caso outro modelo seja adquirido.

2.7.3.4.4 Além disso, para conseguir trabalhar com outros padrões interoperáveis (por exemplo, *ANSI* e *ISO*) são necessários *SDKs* específicos dependendo do fabricante e modelo escolhido.

(...)

2.7.3.4.5 Em caso de inviabilidade de aquisição do modelo de Leitor Biométrico *Hamster DX Nitgen* exatamente igual ao já utilizado no TRE/RN (modelos HFDU04 ou HFDU06), sugerimos a inclusão no processo de aquisição de todos os softwares e informações necessárias (*drivers*, *SDKs java*, documentação) para uso em máquinas *windows* e *linux*, bem como para utilização dos formatos *ISO/IEC 19794-2:2005*.

2.7.3.4.2 A solução depende da integração com as *DLLs* específicas deste modelo do leitor.

2.7.3.4.6 Caso realmente seja escolhido outro modelo, haverá a necessidade de reprogramação de todos os sistemas que já funcionam com o leitor *Nitgen Hamster DX* como, por exemplo, o Ponto Eletrônico.”

14. Ante todo exposto, e em vista da informação prestada pelas unidades técnicas do TRE-RN, acima, de ser **inviável adquirir modelo do leitor biométrico distinto**

do que já funciona com os sistemas desenvolvidos no Órgão, acredita-se que as especificações ora questionadas na impugnação, podem amoldarem-se na hipótese do art. 7º §5º da lei 8.666/1993, parte final, em razão de estarem justificadas tecnicamente.

DECISÃO

15. Considerando o disposto na Portaria nº 106/2020-DG, que designou os servidores para comporem a equipe única de pregão do TRE-RN, e com base no inciso II, do Art. 17, do Decreto 10.024/2019, bem como na informação da SEÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO juntamente com a SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS do TRE-RN decido conhecer da impugnação apresentada pela empresa 3T TECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI para, no mérito, negar-lhe provimento quanto às questões ora suscitadas e manter as especificações do leitor biométrico questionadas nos termos em que se encontram publicadas.

Natal 04 de agosto de 2021.

PEDRO SANCHO DE MEDEIROS
Pregoeiro

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Pregão Eletrônico nº 46/2021

3T TECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.277.342/0001-14, com sede à Rua Rio Piquiri, nº 359. Weissópolis, Pinhais, estado do Paraná, neste ato representada por sua representante legal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ante permissivo constante com fulcro nos artigos 41, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e 12 do Decreto nº 3.555/2000, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Conforme artigos supracitados, bem como o disposto no ato convocatório, os termos do edital deverão ser impugnados, se necessário for, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antecedentes a realização da sessão pública.

Assim, considerando a legalidade trazida, sendo que a data da sessão do pregão presencial será realizada no dia 12/08/2021, torna-se a presente peça impugnatória tempestiva.

2. DOS ITENS IMPUGNADOS

Este estimado Órgão, publicou edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 46/2021, cujo objeto é: ***“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA”***.

Devido ao interesse na participação do certame, a Empresa impugnante analisou o presente ato convocatório, de forma rigorosa e minuciosa, encontrando exigências que devem ser urgentemente reparadas, pois afrontam o caráter competitivo da licitação, e impedem a participação de diversas empresas amplamente capacitadas.

Vale ressaltar, que esta empresa licitante é séria e já atendeu com excelência e comprometimento diversas empresas públicas e privadas de todo o País, portanto, possui plena capacidade técnica e estrutural de atender as necessidades deste Órgão.

É imprescindível que os órgãos da Administração Pública, ao realizar certames licitatórios, se atentem ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, sendo que quanto maior o número de participantes, maiores as chances de se obter a melhor oferta financeira.

Consta no Anexo VI – Termo de Referência deste edital as seguintes especificações com relação ao leitor biométrico:

1.3.16.11 Padrões

1.3.16.11.1 *MIC, KC, UL, CE, FCC.*

1.3.16.12 Kit de desenvolvimento

1.3.16.12.1 *SDK gratuito.*

1.3.16.13 Suporta busca do tipo 1:1 e 1:N (limitado).

1.3.16.14 Padrões do SDK

1.3.16.14.1 *ISO/IEC 19794-2:2005. ANSI/INCITS 378-2004.*

1.3.16.15 Compressão

1.3.16.15.1 *WSQ.*

1.3.16.16 Qualidade da imagem

1.3.16.16.1 *NIST NFIQ.*

1.3.16.17 Driver OS

1.3.16.17.1 *Windows 98/2000/ME/2003/2008/XP/Vista/ 7 32-bit e 64-bit/ 8 32-bit e 64-bit/ 10 32-bit e 64-bit.*

1.3.16.17.2 *Linux kernel 2.6 ou superior.*

1.3.16.17.3 *Android (dispositivos que possuam suporte ao USB OTG ativado no kernel).*

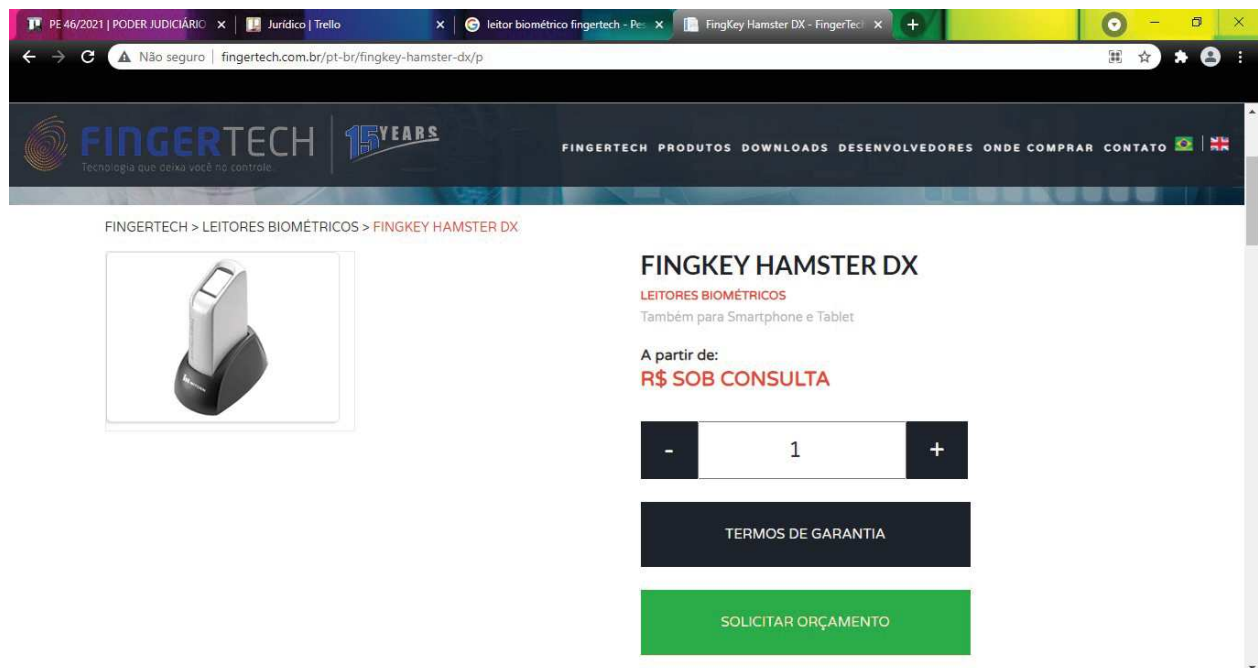
1.3.16.18 Tecnologia adicional

1.3.16.18.1 *Auto-On (Ativação automática nativa do hardware).*

1.3.16.19 Garantia

Por conseguinte, vejamos as especificações técnicas adotadas pela empresa FINGERTECH, sobretudo no que tange ao leitor de impressão digital, o **HAMSTER DX – INTERFACE USB**, conforme análise no seguinte link:

<http://www.fingertech.com.br/pt-br/fingkey-hamster-dx/p>



FINGERTECH > LEITORES BIOMÉTRICOS > FINGKEY HAMSTER DX

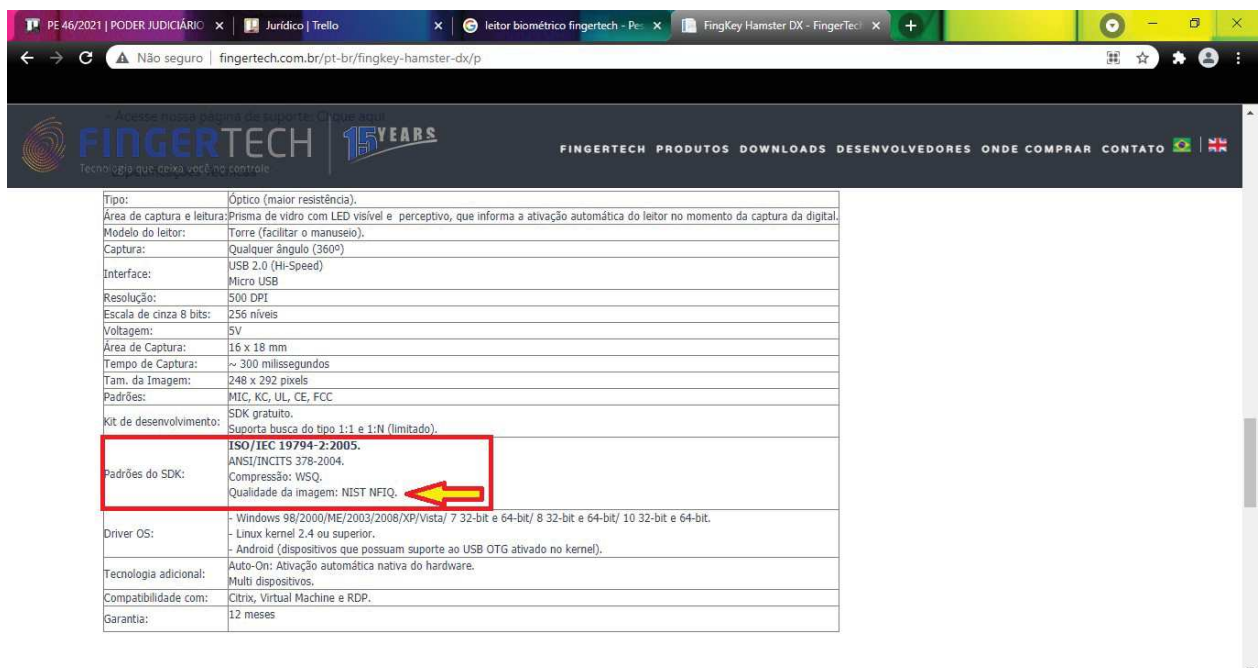
FINGKEY HAMSTER DX
LEITORES BIOMÉTRICOS
Também para Smartphone e Tablet

A partir de:
R\$ SOB CONSULTA

- 1 +

TERMOS DE GARANTIA

SOLICITAR ORÇAMENTO



PE 46/2021 | PODER JUDICIÁRIO | Jurídico | Trello | leitor biométrico fingertech - Pe... | FingKey Hamster DX - FingerTec

Não seguro | fingertech.com.br/pt-br/fingkey-hamster-dx/p

FINGERTECH 15 YEARS

FINGERTECH PRODUTOS DOWNLOADS DESENVOLVEDORES ONDE COMPRAR CONTATO

Tipo:	Óptico (maior resistência).
Área de captura e leitura:	Prisma de vidro com LED visível e perceptivo, que informa a ativação automática do leitor no momento da captura da digital.
Modelo do leitor:	Torre (facilitar o manuseio).
Captura:	Qualquer ângulo (360°)
Interface:	USB 2.0 (Hi-Speed) Micro USB
Resolução:	500 DPI
Escala de cinza 8 bits:	256 níveis
Voltagem:	5V
Área de Captura:	16 x 18 mm
Tempo de Captura:	~ 300 milissegundos
Tam. da Imagem:	248 x 292 pixels
Padrões:	MIC, KC, UL, CE, FCC.
Kit de desenvolvimento:	SDK gratuito. Suporta busca do tipo 1:1 e 1:N (limitado).
Padrões do SDK:	ISO/IEC 19794-2:2005. ANSI/INCITS 378-2004. Compressão: WSQ. Qualidade da imagem: NIST NFIQ.
Driver OS:	- Windows 98/2000/ME/2003/2008/XP/Vista/ 7 32-bit e 64-bit/ 8 32-bit e 64-bit/ 10 32-bit e 64-bit. - Linux kernel 2.4 ou superior. - Android (dispositivos que possuam suporte ao USB OTG ativado no kernel).
Tecnologia adicional:	Auto-On: Ativação automática nativa do hardware. Multi dispositivos.
Compatibilidade com:	Citrix, Virtual Machine e RDP.
Garantia:	12 meses

Em observância, nota-se que tal exigência editalícia é clara em apontar o leitor da empresa acima destacada, visto que os produtos são **exatamente os mesmos** bem como as características técnicas adotadas por esta determinada empresa, que é fabricante e detém exclusividade sobre o desenvolvimento do leitor de

gerenciamento **HAMSTER DX – INTERFACE USB.**

Acontece que tal requisito acaba por criar obstáculos para a livre participação de empresas interessadas no certame, limitando completamente o certame licitatório, uma vez que **direciona a fabricação do objeto para um único e específico licitante**, dando exclusividade a mencionada empresa e sua marca, impossibilitando a participação das empresas devidamente cadastradas e credenciadas, que atendem a todas as exigências deste edital, capacitadas e interessadas no certame, o que vai contra a lei 8666/93, que trata das licitações públicas.

Neste sentido está a redação do artigo 7º, §5º, da referida lei de licitações, *in verbis*:

Art. 7º. [...]

§5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório". (grifo e negrito não original)

Ainda nesse sentido, dispõe o artigo 15, §7º, I, da mesma lei, a impossibilidade de determinação de marcas na descrição dos objetos:

"Artigo 15 [...].§7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I- a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca".

Portanto, obrigar que os equipamentos das licitantes devam atender tal requisito, **força o entendimento de que o órgão na realidade está à procura de equipamento exclusivo**, em favorecimento de empresa que detenha ao seu favor os equipamentos, violando o real intuito do procedimento licitatório.

Sendo assim, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, deixando de direcionar o edital para a empresa **FINGERTECH**, possibilitando a participação de outras empresas para oferecer seus leitores, porém de modelos e funcionalidades similares, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido o aspecto restritivo do edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto.

Ainda, frisa-se que não há no referido instrumento convocatório qualquer esclarecimento que justifique a necessidade deste Órgão para a exigir determinada marca, o que é imprescindível para conhecimento dos licitantes, merecendo, portanto, retificação do mencionado ato convocatório.

Cabe destacar ainda que a própria Lei nº 8.666/93 dispõe a ampla concorrência, sendo vedada qualquer cláusula que a restrinja, conforme artigo 3º, §1º, inciso I, *in verbis*:

“Art. 3º [...] §1º É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o

disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.” (grifo e negrito não original)

Outrossim, interpretando as disposições do artigo 3º, ressalta o renomado especialista na área de licitação, o doutrinador Marçal Justen Filho:

“Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do artigo 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei da licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o artigo 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do artigo 3º”.

A lei licitatória buscou a preservação do que realmente se procura atingir em uma licitação, impondo várias limitações de molde a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes.

Ademais, informa a impugnante o atendimento a todo o descritivo constante em edital, ainda, acredita que existem muito mais empresas que conseguem atender, porém se encontram impedidas, assim como a impugnante, de participar do certame por conta do explícito direcionamento à referida empresa, através da nítida exigência de marca/modelo específico, causando restrição indevida.

Assim, os fundamentos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores de direito, e principalmente, aos agentes

públicos, pois constituem proteção ao interesse público majoritário, razão essa suficiente a proclamar a retificação do ato convocatório, no tocante as exigências que extrapolam os comandos legais.

3. DOS PEDIDOS

Ex positis e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado que as exigências contidas no edital contrariam o direito da Impugnante e também afrontam os princípios pelos quais a administração pública deve observar em se tratando de licitação pública, e, tempestiva a presente peça impugnatória, portanto, passível de análise pelo Sr. Pregoeiro, requer-se:

a) Seja recebida a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, sendo julgada **PROCEDENTE** pelo Senhor Pregoeiro;

b) Requer, ainda, que os itens do edital supracitados nesta impugnação passem por alterações no tocante as especificações do produto, deixando de direcionar o edital e, portanto, de dar exclusividade à empresa **FINGERTECH** e seu produto, sendo necessário, para tanto, a publicação de nova data para a realização do Pregão, ampliando a participação de equipamentos de modelos similares de outros fabricantes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Pinhais, 30 de julho de 2021.

KLEITON CHOCHI
ZEMBOVICI:0602
8703990

Assinado de forma digital
por KLEITON CHOCHI
ZEMBOVICI:06028703990
Dados: 2021.08.02
08:50:35 -03'00'

KLEITON CHOCHI ZEMBOVICI